

Operacionalização das intervenções integradas em assentamentos precários

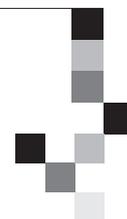
AULA 7

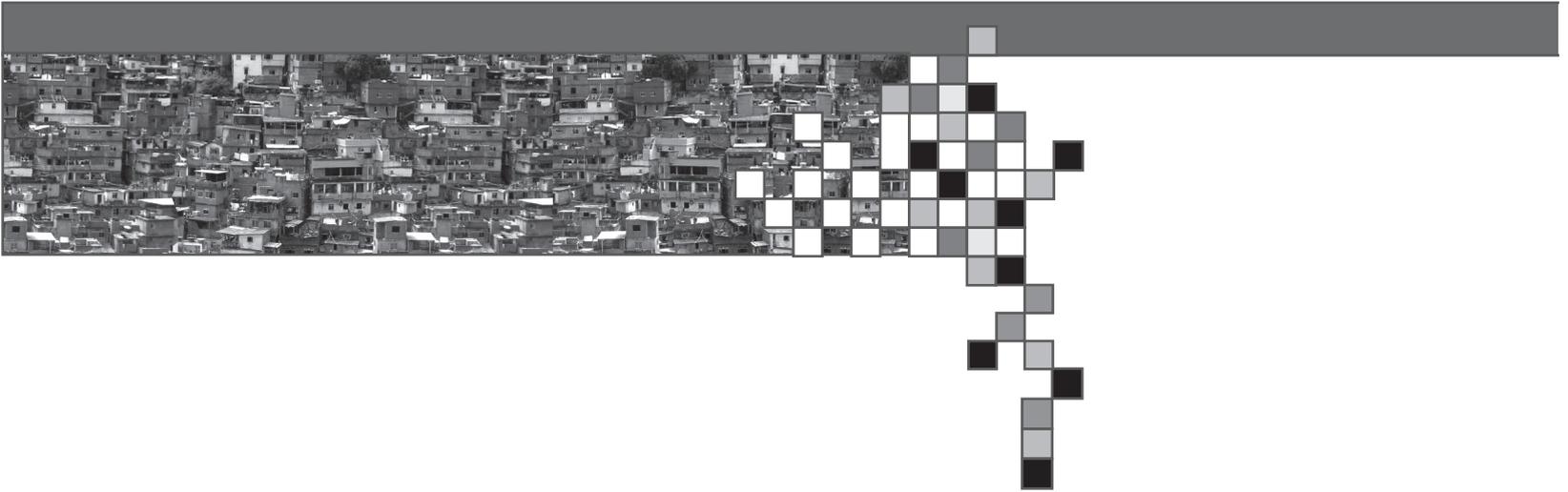
MÓDULO 3



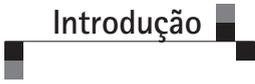
Trabalho social e participação

Tássia de Menezes Regino





MÓDULO 3


 TRABALHO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
 (PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL)
 AULA 7

Introdução

Este texto foi organizado com três objetivos principais: 1- sistematizar elementos importantes no processo de elaboração dos Projetos Técnicos de Trabalho Social (PTTS) numa perspectiva participativa; 2 - refletir e compartilhar aprendizados sobre o processo de execução do Trabalho Social em projetos urbanização de assentamentos precários, especialmente a partir do Programa Habitar Brasil-BID, quando o governo brasileiro passou a sistematizar instrumentos de orientação para o Trabalho Social associado a tais projetos; e 3 - compartilhar reflexões sobre a importância e estratégias de integração das equipes multidisciplinares no processo de interlocução com a população junto as quais se desenvolvem as atividades. Especificamente para os alunos integrantes das equipes sociais dos projetos ou da Caixa, buscamos também apontar meios para ampliar as referências conceituais e o repertório de operacionalização do PTTS com informações, experiências, instrumentos e atividades-chaves do Trabalho Social desde a fase de conhecimento da área até a implementação, especialmente quanto ao processo de participação popular.

A diversidade dos públicos deste curso reflete um dos desafios principais para o desenvolvimento de um Trabalho Social de qualidade, que é a integração dos conhecimentos e a viabilização de abordagem efetivamente integrada das áreas e seus problemas.

Ainda considerando o público do curso – gestores e/ou executores de projetos financiados pelo governo federal – vamos adotar como, referência na abordagem dos diversos subtemas as orientações do Ministério das Cidades, o que significa dizer que, não obstante outros objetivos estratégicos que se possa ter, o objetivo especial desta aula é tratar da elaboração e execução de projetos elegíveis segundo as regras do principal agente viabilizador de urbanização de assentamentos precários do país, que é o próprio Ministério das Cidades e seu agente operador, que é a Caixa. Tais regras estão contidas especialmente nos seguintes documentos: Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários - UAP¹ e Caderno de Orientação Técnico Social - COTS², os quais são bibliografias complementares indispensáveis para este curso e para o dia a dia do trabalho.

1. Ministério das Cidades. "Instrução Normativa para Trabalho Social – UAP, 2007". Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/instrucoes>

2. CAIXA. "Caderno de Orientação Técnica Social – COTS." Disponível em: http://www.caixa.gov.br/habitacao/operacoes_coletivas/programa_credito_solidario/orientacao_tecnica.asp

1. Objetivos, referências e conceitos para a elaboração e implementação do Plano de Trabalho Técnico Social – (PTTS)

Neste capítulo serão debatidos os objetivos gerais e específicos do Trabalho Social nos projetos, considerando as exigências operacionais dos financiadores e referências técnicas e conceitos selecionados.

1.1 Objetivos do trabalho

1.1.1 Objetivo geral:

Considerando o princípio de nortear-se pelas regras e diretrizes dos programas em vigor, trazemos inicialmente a definição do Ministério das Cidades quanto aos objetivos do Trabalho Social que é: "viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar.³"

Uma formulação mais ampla exige explicitar que nos projetos de urbanização de assentamentos precários, dadas as características de intervir em territórios constituídos, o PTTS responde também a objetivos operacionais fundamentais para sua viabilização, e dizem respeito ao estabelecimento das mediações sociais necessárias à negociação, às ações de intervenção física e ao desenvolvimento das obras e reassentamentos, quando previstos.

1.1.2 Objetivos específicos

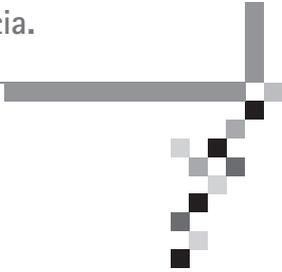
Dentro desta formulação mais ampla e das referências com as quais temos trabalhado os principais objetivos específicos do Trabalho Social, parte dos quais estão formulados nas instruções normativas e documentos técnicos já citados, o PTTS pode ser assim sintetizado:

- a) fomentar a mobilização e organização da população em conjunto com as atividades do projeto;
- b) estabelecer instrumentos de gestão participativa para decisão, monitoramento, acompanhamento e avaliação das diversas etapas de execução do projeto, inclusive com a constituição de uma instância de gestão participativa/acompanhamento de obras e ações desde o momento inicial do Trabalho Social;
- c) fortalecer as organizações sociais existentes nas áreas;
- d) desenvolver ações de capacitação e fortalecimento de lideranças durante a execução do projeto;

- e) estabelecer mecanismos de comunicação que assegurem à população acesso às informações sobre o projeto;
- f) assegurar a participação das famílias nas decisões do projeto e no acompanhamento das obras, estabelecendo pactos claros quanto aos critérios de cadastros, soluções habitacionais, reassentamento e relocações, quando for o caso;
- g) desenvolver ações de educação sanitária e ambiental para fomentar atitudes e práticas individuais e coletivas ambientalmente sustentáveis;
- h) desenvolver ações de geração de trabalho e renda, a partir de uma análise das demandas e do potencial econômico das regiões por meio da articulação de programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda das prefeituras e/ou agentes da sociedade civil;
- i) fomentar ações de enfrentamento das vulnerabilidades mapeadas e de fortalecimento do patrimônio social das comunidades, especialmente quanto à educação, saúde, atendimento à infância, atenção a grupos em situações de vulnerabilidade e relações de vizinhança e solidariedade;
- j) desenvolver projeto de preparação e acompanhamento pós-ocupação, com ênfase no uso e ocupação adequada dos novos ambientes construídos ou urbanizados, estabelecimento de relações de conservação dos investimentos e orientação quanto aos impactos dos novos gastos no orçamento familiar e, quando for o caso, preparação e fortalecimento da gestão condominial; e
- k) realizar avaliação *ex-post* da intervenção considerando o ponto de vista do usuário e objetivos estratégicos do projeto.



Os objetivos específicos devem ser formulados respeitando as exigências do Programa, mas considerando a realidade específica de cada área, população, intervenção proposta e os resultados pretendidos pelos promotores. Portanto, o elenco de ações acima apresentado é apenas uma referência.



■ 1.2 Conceitos e referências metodológicas importantes

Nas avaliações de experiências bem sucedidas de intervenções em assentamentos precários, verifica-se que estão presentes alguns elementos entre os quais se destacam dois que são fundamentais também para a construção do PTTS: a participação das populações envolvidas em todas as etapas do processo, como um elemento de adequação e sustentação das soluções de projeto; e a visão de que a pobreza é multifacetada e a favela, como expressão disto, exige uma abordagem integrada e interdisciplinar, para além do componente econômico, com ações de redução de vulnerabilidades e fortalecimento do capital social presente nas áreas.

Nesta visão, o PTTS abrange um leque amplo de ações para contemplar os objetivos que lhe cabem na ação integrada do projeto de urbanização. Embora com estratégias metodológicas similares, estas ações exigem suportes técnicos e conceituais que muitas vezes são específicos, os quais deverão ser trabalhados em cada projeto.

Neste item são apresentadas a síntese dos principais conceitos e referências transversais trabalhadas no conjunto das ações estratégicas e nos subprojetos que se organizam o trabalho social.

■ a) Metodologia de intervenção e Trabalho Social

O processo de elaboração e implementação de projeto de Trabalho Social pressupõe a escolha de uma metodologia de intervenção coerente com a base teórico-metodológica de referência e com a situação encontrada na área na qual ele será desenvolvido. A professora Mariângela Belfiore cita o Instituto de Estudos Especiais (IEE/PUC-SP) para afirmar que "definir uma metodologia de intervenção significa exercer a difícil arte de transformar os pressupostos teóricos escolhidos em diretrizes operacionais e detalhar processos e técnicas de abordagem no seio das relações sociais que se pretende alterar⁴."

A metodologia de intervenção é entendida aqui, tal como aborda Mestriner citada por Belfiore, como "o conjunto de processos, estratégias e procedimentos técnicos interventivos, eleitos a partir de pressupostos fundamentais disponibilizados por ampla base teórico-metodológica e ético-política e processados numa adequação às diversidades regionais.⁵"

A formulação de uma metodologia de trabalho social para uma determinada realidade pressupõe algumas condições técnicas básicas assim sintetizadas por Belfiore⁶:

4. BELFIORE WANDERLEY, Mariângela. Palestra: *Políticas Públicas e Trabalho Social: Polêmicas em Debate*. Proferida no *Seminário Internacional de Metodologias de Trabalho Social*, promovido pelo Instituto de Estudos Especiais/ PUC/SP, São Paulo, 21 a 23 /11/2006.

5. MESTRINER, Maria Luiza *apud*. BELFIORE WANDERLEY, Mariângela. Palestra: *Políticas Públicas e Trabalho Social: Polêmicas em Debate*. Proferida no *Seminário Internacional de Metodologias de Trabalho Social*, promovido pelo Instituto de Estudos Especiais/ PUC/SP, São Paulo, 21 a 23 /11/2006.

6. BELFIORE WANDERLEY, Mariângela. *op.cit.*, 2006.

- __ conhecimentos da realidade territorial;
- __ conhecimento sistematizado do perfil da população e dos respectivos territórios de incidência das ações;
- __ levantamento dos serviços e programas relativos às várias políticas;
- __ um quadro de recursos humanos devidamente capacitado e supervisionado;
- __ sistema de planejamento e gestão capaz de aperfeiçoar e fundamentar as ações.

Asseguradas tais condições e passos chega-se a uma proposta metodológica do trabalho social que "está, fundamentado em princípios, diretrizes e estratégias que garantem direção política (...) à ação⁷."

Cabe destacar, neste processo de definição da metodologia, que estamos falando de intervenções inseridas em um programa e uma política que preconizam a adoção de metodologia que garanta a participação da população no processo, assegurando uma ação integrada e participativa capaz de fazer da intervenção urbano-habitacional um momento de desenvolvimento social e construção/ fortalecimento de cidadania da população envolvida.

■ b) Trabalho Social em Habitação

O conceito do Trabalho Social em Habitação adotado aqui foi formulado pelo IEE/PUC-SP como: "um conjunto de ações inclusivas com caráter socioeducativo, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da política habitacional, com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle dos programas de moradia.⁸"

A importância do Trabalho Social nos projetos habitacionais é visto aqui nos seguintes termos: "um programa habitacional de interesse social ganha eficácia quando implementado por meio de um competente trabalho social. É possível afirmar que o trabalho social compõe-se de um conjunto de processos e estratégias de informação, mobilização, *advocacy social*, organização e participação da população e animação comunitária. São todos eles processos que dão ancoragem às intervenções habitacionais propriamente ditas. Por isso mesmo ele representa a costura estratégica das várias dimensões e variáveis que integram o propósito principal; isto é, o fim último do programa habitacional de interesse social.⁹"

7. *Idem*.

8. Instituto de Estudos Especiais - PUC-SP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/iee/index.html>

9. CARVALHO, Maria do Carmo Brant e PAZ, Rosângela Dias Oliveira. *Conceitos básicos avaliação, indicadores, descritores e procedimentos metodológicos*. Apresentação no *Seminário Técnico sobre pós-ocupação nos projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais - UAS/HBB do Programa Habitar Brasil*. Brasília, 2006. Ministério das Cidades. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas/hbb/biblioteca/avaliacao-de-pos-ocupacao/subsidios-para-avaliacao-de-pos-ocupacao/4-3%20-ProcessoConstrucaoIndicadoresSociaisAvaliacaoResultadosMariaCarmoBrantCarvalho.pdf>

c) Participação popular

A participação popular é concebida como "processo que se constrói coletivamente e que pressupõe a existência de canais permanentes onde um trabalho contínuo e sistemático vai imprimindo uma nova configuração à relação poder público/população (...) e a criação de espaços públicos em que se explicitem os conflitos, a partir dos quais critérios claros possam se tornar parâmetros permanentes de negociação.¹⁰"

Ela deve ser diretriz transversal de todo o PTTS inserido nos projetos de urbanização integrada. Na dimensão operacional de que tratamos aqui, o conceito de participação popular é pensado para todas as fases do projeto, sendo entendida como um processo de mobilização social, que ao mesmo tempo é um objetivo a ser alcançado e um meio para realizar os outros objetivos do projeto. Tem, assim, uma dimensão estratégica, como um processo de aprendizagem coletivo que é caminho para fortalecimento da cidadania dos envolvidos; mas também uma dimensão operacional, que abrange os procedimentos de pactuação e contratação das diversas ações, obras e serviços a serem desenvolvidos no *habitat* daqueles que são também beneficiários/impactados pela ação.

Mobilização social é aqui entendida como um "processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, através de propósitos comuns (...). Envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido mais amplo.¹¹"

Pretende-se que "a participação seja assumida, livre e consciente, na medida em que os que dela participem perceberem que a realização do objetivo perseguido é vital para quem participa da ação e que o objetivo só pode ser alcançado se houver efetiva participação¹²".

Um dos desafios para a implementação de uma metodologia participativa é, muitas vezes, dado pela falta da cultura democrática e participativa da população (e também dos órgãos técnicos), especialmente em áreas de exclusão social como os assentamentos precários, onde muitas vezes não existe uma "sociedade civil organizada".

Por esta razão, nestas áreas a intencionalidade e o compromisso do governo e suas equipes técnicas é fundamental no que Pedro Pontual¹³ chama de ativação de práticas participativas. A este respeito ele cita Celso Daniel (1994): "(...), a democratização do acesso à participação exige uma presença ativa do governo, em particular no campo pedagógico. Assim, é crucial, para tal democratização, a pesquisa de linguagens sintonizadas com a cultura da população, bem como, a organização de processos de formação dos cidadãos, de maneira a lhes permitir acesso à informação (...). Tais iniciativas caminham no sentido de se contrapor ao monopólio da informação de que os integrantes do Estado costumam

10. VILLAS BOAS, Renata. *Os canais institucionais de participação popular - participação popular nos governos locais*. Revista Pólis, Governos nº 14. São Paulo, Instituto Pólis, 1994. pp. 55-62.

11. TORO A., Jose Bernardo Et WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

12. WHITAKER, Chico. *Rede: uma estrutura alternativa de organização*. In: TORO, JOSE BERNARDO e WERNECK, NISIA MARIA. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. São Paulo, Autentica, 2004.

13. PONTUAL, Pedro. *Pedagogia da gestão democrática das cidades*. In: *Participação popular nos governos locais*. São Paulo. Revista Pólis, nº 14. São Paulo, Instituto Pólis, 1994. pp. 63-68.

ser portadores. Evidencia-se, ademais, que é perfeitamente possível e inclusive necessário, que o governo local— respeitando a independência e riqueza de formas de articulação da sociedade —atue de maneira concreta no sentido de estruturar e estimular a participação para que esta obtenha sua máxima eficácia.¹⁴

Este conceito resulta em diversos desdobramentos práticos na formulação do trabalho social, como planejar um adequado sistema de geração e circulação de informação, a constituição de canais de participação, espaços de negociação de conflitos, momentos de pactuação de critérios etc.

Este compromisso com a participação é especialmente importante em uma das dimensões estratégicas do Trabalho Social em projetos habitacionais, que se refere a preparar e instrumentalizar a população para compreender, interagir, propor e participar das obras, caracterizadas como o conjunto de intervenções físicas que alterará de forma substantiva sua condição de vida.

Nesta dimensão tem especial importância a difícil interação entre saber técnico e saber popular. Novamente Pedro Pontual resume bem esta questão, dizendo que “a participação popular pressupõe uma relação de troca entre gestão (municipal) e a população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos. Trata-se de criar condições para que se realize um intercâmbio de saberes: de um lado, os que detêm um conhecimento técnico sobre a realidade urbana e que estão no governo e do outro lado, um saber popular, fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções.”¹⁵

“Embora seja objeto trabalhado mais pela equipe social, enfrentar esses desafios não é tarefa restrita a esta equipe, já que a participação popular e o exercício da cidadania devem perpassar todas as práticas do projeto de urbanização fazendo com que o compartilhamento do saber e a construção de um conhecimento conjunto resulte em uma intervenção efetivamente pactuada. Um compromisso a ser assumido por toda a equipe técnica e as coordenações de projeto.

É importante que as equipes de trabalho social tenham a iniciativa de fomentar a interação das equipes multidisciplinares com a participação. Uma boa reflexão a compartilhar, para além das responsabilidades das instituições, diz respeito à importância da participação no crescimento dos indivíduos e grupos, como feita por Leandro Lamas Valarelli: “A participação é um processo que carrega a possibilidade de devolver a palavra a quem não tinha voz nem era ouvido. Que tem o potencial de desenvolver a capacidade de tomar decisões a quem muitas vezes foi transformado num agente passivo de projetos e políticas, afirmando-os como sujeitos. Por isso, a participação, quando vivenciada nestes moldes, constitui-se num processo de construção e afirmação da cidadania.”¹⁶

14. DANIEL, Celso. *Gestão local e participação da sociedade* apud PONTUAL, Pedro. *Pedagogia da gestão democrática das cidades*. In: *Participação popular nos governos locais*. São Paulo. Revista Pólis, no. 14. São Paulo, Instituto Pólis, 1994. pp. 63-68.

15. PONTUAL, Pedro. *op.cit.*, 1994.

16. VALARELLI, Leandro Lamas. *Os sentidos da participação no trabalho social das organizações sem fins lucrativos*. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_acaometodo_acaometodotxtpag0.cfm

Apesar deste valor, este processo não está isento de conflitos ou retrocessos. É importante olhar seus avanços e dificuldades numa perspectiva histórica.

Falando sobre a participação popular nos espaços de gestão participativa de políticas, Maria do Carmo Albuquerque afirma que este "é um processo (...) que apenas se inicia com a construção de um marco legal e de uma cultura democrática e participativa, requerendo (...) habilidades e metodologias que possam fazer destes espaços instrumentos eficientes e eficazes de melhoria da qualidade de vida e de democratização dos processos de tomadas de decisão política.¹⁷"

Mesmo carregada de desafios, a concretização da participação precisa ser o objetivo estratégico do Trabalho Social nos projetos de urbanização de assentamentos precários. Fazendo um comparativo com as demais áreas, podemos dizer que este é um dos "produtos" principais que o Trabalho Social deve gerar: uma população melhor organizada, mais participativa e cidadã. E isto implica esta ampliação de repertório, de construção de novas habilidades e apropriação de novas metodologias.

■ d) Cidadania

Trabalhamos o conceito de cidadania ativa, como desenvolvido pela professora Vitória Benevides: "as palavras cidadania e cidadão referem-se, necessariamente, à participação na vida da cidade, entendida como espaço público para as decisões coletivas (...). Reforça, ademais, a importância de se juntarem direitos políticos e direitos sociais, pois os direitos políticos favorecem a organização da reclamação dos direitos sociais. A cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (...). Distingue-se, portanto, a cidadania passiva – aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral do favor e da tutela – da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas, essencialmente, criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.¹⁸"

Vê-se que também o processo de fortalecimento da cidadania abarca, do ponto de vista da ação do poder público, o campo da informação, da intencionalidade educativa da prática institucional, do estímulo à organização e à participação e a consideração das demandas e opiniões da população na gestão do que lhe diz respeito, neste caso, o projeto de urbanização.

Neste sentido, cabe mais uma vez registrar a importância do caráter pedagógico e organizativo no trabalho social.

17. ALBUQUERQUE, Maria do Carmo *Participação cidadã nas políticas públicas* – Disponível em: http://www.kas.de/db_fi/les/ALBUQUERQUE,kas.files/dokumente/7_dokument_dokk_pdf_6545_1.pdf#page=86

18. BENEVIDES, Maria Vitória. Palestra proferida no painel *Quais são os fundamentos da democracia e de um novo poder?*. Fórum Nacional de Participação Popular. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/paineis/benevides.html>

A dimensão pedagógica ganha importância na medida em que se articulam ações para garantia de acesso a informações e subsídios consistentes e acessíveis para o entendimento dos problemas, compreensão, explicitação de opiniões e formulação de propostas, de modo a fortalecer os processos de participação na decisão e concretização do projeto.

A dimensão organizativa ganha importância na medida em que busca fortalecer os processos coletivos de informação, decisão e ação, bem como o estímulo ao surgimento de novos atores, o fortalecimento das estruturas orgânicas coletivas existentes e a constituição de novas estruturas que se desenhem como necessárias.

■ e) Inclusão/exclusão social

"O conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania.¹⁹"

É evidente que uma política de inclusão social é algo muito mais amplo do que o objeto do Trabalho Social em Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários. Entretanto, é importante ter-se a inclusão como um objetivo, de modo a dar-lhe dimensão prática dentro do campo de atuação e das ações do projeto de urbanização.

Neste sentido, dentre as muitas reflexões pertinentes sobre o tema, considero importante trazer aqui texto do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo: *"O que se constatou é que a relação exclusão/inclusão social é indissolúvel ao contrário das metodologias que realizam a medição da riqueza ou da pobreza como unidades autônomas com variáveis autoexplicativas. A exclusão e inclusão social são necessariamente interdependentes. Alguém é excluído de uma dada situação de inclusão."*

■ f) Vulnerabilidade social e patrimônio dos pobres

Do ponto de vista da intervenção, a visão de que a pobreza é multifacetada exige um trabalho de caracterização que vai além de um levantamento de dados econômicos ou de "carências". Neste sentido tem sido bastante funcional trabalhar com os conceitos de vulnerabilidades e potencialidades, também chamadas de "patrimônio dos pobres".

A vulnerabilidade é entendida aqui como a incapacidade de pessoa ou domicílio "para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.²⁰" É importantíssimo mapeá-las, identificando-se fatores para além do econômico, da baixa renda etc.

Mas, de acordo com a socióloga Caroline Moser (1996) citada por Novara, "é importante identificar não somente as ameaças, mas também aquelas capacidades de adaptação, de aproveitar as oportunidades e de resistir aos efeitos negativos das mudanças do ambiente externo.

19. SPOSSATI, Aldaiza. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf>

20 KAZTMAN, R. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. Borrador para discusión. 5. KAZTMAN, *Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones*. Disponível em: www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos

Os meios para resistir são os recursos que os indivíduos, as famílias e as comunidades podem colocar em campo para enfrentarem as necessidades. Portanto, a vulnerabilidade é estritamente vinculada à posse de recursos. Quanto maior são os bens (materiais ou imateriais), menor é a vulnerabilidade e quanto maior é a corrosão deles, tanto maior é a insegurança.²¹

Neste conceito tem-se o "patrimônio dos pobres" como "fatores positivos que estão presentes na comunidade (...), como um conjunto de elementos que garantem uma possibilidade de desenvolvimento."²² O "patrimônio dos pobres", portanto, são os meios de resistência que podem ser mobilizados para fazer frente às privações, os ativos, tanto os tangíveis, quanto os não tangíveis, como: trabalho (mão de obra); capital humano; bens produtivos (moradia); relações familiares; patrimônio social (organização).

Ainda nestes termos, são considerados "fatores de desenvolvimento" os elementos presentes na realidade da área (no sentido físico) ou da comunidade (no sentido social) que, diante de condições favoráveis, podem desencadear um processo de desenvolvimento social, como é caso da melhoria das condições habitacionais trazida pelos projetos de urbanização. São "aceleradores" as medidas específicas capazes de diminuir o prazo de um processo de desenvolvimento social ou econômico, ou de agilizar e otimizar os procedimentos ou a qualidade dos resultados.

Estes conceitos resultam em importantes desdobramentos práticos, especialmente no momento de levantar dados, consolidar uma análise sobre as áreas e sua população e de dialogar com a proposta de intervenções. Assim, desde o momento inicial é importante mapear-se os indicadores importantes de vulnerabilidade e potencialidades a serem trabalhados para que o levantamento de dados possa informar sobre eles.

Os resultados de tais levantamentos, por sua vez, devem ser trabalhados em conjunto com a equipe integrada e por vezes a melhor ação para enfrentar um fator de vulnerabilidade (por exemplo, elevado número de mulheres chefes de família sozinhas) é uma intervenção do projeto urbano (no exemplo em questão, pode ser prever a construção de uma creche na área).

■ g) Trabalho Social como parte do planejamento de governo de uma ação local

Considero importante registrar entre as referências adotadas neste texto a que diz respeito à ideia de que o projeto de urbanização tratado aqui e, por consequência, o seu Trabalho Social, é uma ação de governo. Não pode ser resultado apenas do compromisso individual dos membros da equipe.

Uma referência importante que adotamos é a ideia de planejamento governamental contida no Planejamento Estratégico Situacional (PES), formulado por Carlos Matus. Desenvolvido como um método de planejamento público "ele permite a compreensão e a sistematização

21. NOVARA, Enrico. Coordenador para a América Latina da Associação Voluntária para o Serviço Internacional – AVSI. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000200009&script=sci_arttext&lng=en

22. NOVARA, Enrico Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200010.php?arttext&40142003000200010

de determinados aspectos que são característicos das políticas públicas e sociais: atuação de diversos atores sociais com diferentes interesses e motivações, situações de poder compartilhado, realidade social complexa e dinâmica, entre outros.²³

Embora tratando de um objeto mais amplo (planejamento de governo) é uma teoria que dá suporte à consecução de gestões democráticas e participativas e que define "o planejamento moderno, enquanto cálculo que precede e preside a ação²⁴," e como uma ação contínua, seja na fase de formulação, seja na execução e monitoramento da intervenção.

Destacamos entre as formulações do PES duas que são bastante pertinentes para o processo de formulação e condução de um plano de Trabalho Social para uma determinada área e população: o conceito de planejamento orientado por problemas sociais e não por objetivos e o conceito denominado pelo autor como "*Triângulo de Governo*".

Nas definições do PES entende-se que se tem uma explicação situacional norteando o planejamento. Trata-se como explicação situacional, segundo SAMPAIO, FRANÇA e VAZ:²⁵ a compreensão de que "como há vários atores que planejam, coexistem distintas explicações da realidade: cada ator explica a realidade de acordo com seu ponto de vista"; logo "o diagnóstico único e a verdade objetiva são impossíveis.²⁶"

Nesta metodologia o planejamento é orientado por problemas sociais e o "problema é a expressão da vontade de criar uma situação ou realidade nova ou a expressão da vontade de mudar/superar uma realidade indesejável". O passo seguinte é definição dos resultados esperados com a ação a ser planejada em relação a tais problemas. Os resultados constituem a "transformação significativa da realidade gerada pela ação deliberada de um ator social, e a ele atribuível"; e, em seguida, define-se a operação, que é o "conjunto articulado e encadeado de iniciativas capaz de possibilitar total ou parcialmente a obtenção de um resultado e/ou a inversão de um nó crítico.²⁷" Neste conceito é importante esclarecer que "problema é algo que tem solução" e está no âmbito de ação de quem planeja.



23. MATUS, C. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1993. 2v. (Série IPEA).

24. *Idem*.

25. FRANÇA, Cássio; SAMPAIO, Sergio e VAZ, José Carlos. *PAVS – Planejamento*. Apresentação realizada em curso de Planejamento e Gestão. São Paulo, 2008

26. *Op. Citi*.

27. *Op. Citi*.

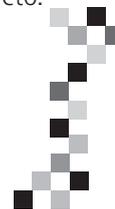
O conceito de "Triângulo de Governo" formulado por Matus defende que o planejamento e a intervenção sobre uma dada realidade pressupõem avaliar três questões determinantes, assim sintetizadas por SAMPAIO, FRANÇA e VAZ ²⁸:

- **"Projeto de governo** – Refere-se ao conteúdo propositivo das ações que um ator pretende realizar para alcançar seus objetivos: é sempre pertinente ao ator e sua inserção institucional; depende da capacidade de governo que o ator possui; e interfere nos projetos de outros atores (conflito, consenso e negociação).
- **Capacidade de governo** – Refere-se à capacidade de condução e direção dos processos sociais na direção explicitada no projeto de governo: técnicas, métodos, recursos, habilidades à disposição do ator que planeja; e outros atores competem por essas capacidades, ou influenciam o acesso a elas.
- **Governabilidade** – Expressa o poder que um determinado ator tem sobre outros para realizar seu projeto. É a relação entre o peso das variáveis que o ator controla ou não no jogo social. Quanto maior for o número de variáveis (e seu peso relativo) sob controle do ator, maior será sua liberdade de ação".

2. Planejamento e desenvolvimento do Trabalho Social na fase de levantamento de dados e elaboração do diagnóstico e do PTTS

Neste capítulo trataremos dos elementos que compõem os passos necessários à elaboração de um bom projeto, o que compreende levantar dados, fazer um bom diagnóstico socioeconômico e organizativo e discutir dados e propostas com a população, de modo a ter-se um projeto pactuado.

Sempre cabe destacar que este é um trabalho integrado e multidisciplinar e, neste sentido, o processo de planejamento do Trabalho Social precisa estar integrado ao processo de formulação e/ou execução das demais dimensões do projeto.



28. FRANÇA, Cássio; SAMPAIO, Sergio e VAZ, José Carlos. *PAVS – planejação*. Apresentação realizada em curso de Planejamento e Gestão. São Paulo, 2008.

Vale a pena conhecer: Plano Global Específico²⁹.

Uma boa organização deste processo foi feita pela Equipe da Prefeitura de BH, junto com o Plano Global Específico, cuja representação gráfica é a seguinte:



Fonte: PBH – Política Municipal de Habitação

No processo global, o conjunto de atividades sob responsabilidade do Trabalho Social é diferenciado em termos de objetivos e produtos. Para apresentar este processo de forma mais didática, agrupamos as atividades em quatro eixos de intervenção de acordo com o tipo de atividade e o resultado esperado:

- EIXO1 – AÇÕES PRELIMINARES DE PLANEJAMENTO E INTERAÇÃO COM A ÁREA E SUA POPULAÇÃO;
- EIXO2 – LEVANTAMENTO DE DADOS SOCIOECONÔMICO ORGANIZATIVO DA ÁREA DA POPULAÇÃO;
- EIXO3 – ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL;
- EIXO4 – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO PROJETO/ APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ESTUDOS E PROJETOS COM A POPULAÇÃO E SUAS LIDERANÇAS.

A seguir estão apresentadas as etapas e atividades principais de cada eixo. Cabe destacar que as ações do Eixo 4 são paralelas a todo o processo.

29. Disponível em: <http://www.fip.gov.br/productos/eg/docs/MC-265.PDF>

■ EIXO 1 – AÇÕES PRELIMINARES DE PLANEJAMENTO E INTERAÇÃO COM A ÁREA E SUA POPULAÇÃO

Pelas suas características dividimos este eixo em 4 etapas, parte das quais podem ser desenvolvidas de forma simultânea.

■ ETAPA 1 – Planejamento dos trabalhos

As principais atividades previstas nesta etapa são:

- a) definição da equipe;
- b) atividade/ oficina de nivelamento de informações e planejamento inicial com equipe mobilizada;
- c) mapeamento dos atores sociais, levantamento das lideranças, organizações e equipamentos públicos existentes na área;
- d) definição da(s) metodologia(s) a serem adotadas e planejamento das atividades do Trabalho Social.

■ ETAPA 2 – Ações preliminares e preparação da entrada das equipes de trabalho nas áreas

Abrange as seguintes atividades principais:

- a) contato inicial/individual com lideranças;
- b) reunião(ões) e contatos coletivos com lideranças e organizações da região;
- c) reuniões gerais iniciais com a população;
- d) visitas aos equipamentos públicos e comunitários da área.

■ Etapa 3 – Ações contínuas de garantia de informação, mobilização e interação com a população

Esta etapa se refere a atividades contínuas em todo processo e abrange:

- a) atividades gerais de informação e mobilização;
- b) plantão social.

■ EIXO 2 – LEVANTAMENTO DE DADOS

Parte importante da coleta de dados sobre a população e a área para subsidiar o planejamento da intervenção global é de responsabilidade da equipe de Trabalho Social. Para que esta coleta seja racionalizada, sirva a todas as áreas e contenha todas as informações necessárias é importante que os instrumentais e procedimentos para sua aplicação sejam pactuados com todos. A organização deste eixo de trabalho depende muito da metodologia a ser adotada para a construção do diagnóstico.

Uma forma convencional de se obter dados amplos e consistentes é organizar a coleta de informações em três etapas caracterizadas conforme seus objetivos/produtos gerados, da seguinte forma:

■ ETAPA 1 – Arrolamento e selagem dos imóveis

São atividades principais:

- a) delimitação da área a ser cadastrada e definição da base física a ser adotada;
- b) identificação e levantamento dos imóveis implantados na área demarcada sobre topografia atualizada;
- c) relatório do arrolamento/selagem.

■ ETAPA 2 – Pesquisa socioeconômica censitária

A pesquisa cadastral objetiva levantar de forma censitária o conjunto de informações sobre os domicílios e as famílias que ocupam a(s) área(s), de forma a subsidiar o diagnóstico e os diversos aspectos dos projetos a serem desenvolvidos. É realizada em todos os imóveis arrolados na área de intervenção e abrange as seguintes atividades:

- a) definição do instrumental/formulário de pesquisa e conceitos;
- b) aplicação da pesquisa em campo;
- c) processamento e sistematização dos dados;
- d) elaboração do relatório de pesquisa.

Algumas questões sobre metodologia de pesquisa e Cad Único

a) Sobre metodologia e instrumental

As regras do Ministério das Cidades definem que todos os beneficiários dos Programas de Urbanização de Assentamentos Precários devem ser inseridos, na fase inicial da contratação, no Cadastro Único de Beneficiários de Programas Sociais (Cad Único) 30.

Ocorre que o Cad Único é um cadastro fechado no qual não há como inserir outros dados/ campos além dos que já estão previstos e nem todos os campos que geralmente são necessários para o planejamento de projetos de urbanização de favelas estão lá previstos.

Além disso, o preenchimento e inserção da família no Cad Único somente se conclui com a coleta de uma série de documentos que, às vezes, as famílias não têm (e orientar a providenciá-los passa a ser parte do planejamento do Trabalho Social) ou, na fase de pesquisa, ainda não estão mobilizadas pelo projeto o suficiente para trazê-los/disponibilizá-los.

Este é um tema a ser melhor equacionado, pois, se por um lado, fazer a pesquisa cadastral com o Cad Único tira agilidade e resulta em sobretrabalho no processo de pesquisa (necessário montar duas bases de dados, a do Cad Único e a dos demais dados), por outro, não faz sentido criar um novo cadastro três meses depois da aprovação do projeto. Inclusive porque se trata de atividade que mobiliza muitos recursos humanos e materiais.

30. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/cidades/cadun_manuais/MANUAL_PREENCHIMENTO_FORMULARIOS_CADUNICO_V604_26022007.pdf

É preciso realizar a pesquisa nesta fase com um instrumental adequado às necessidades do projeto de acordo a mobilidade de inserção e processamento de dados; e adotar como período de inserção das famílias no Cad Único a fase de preparação para a individualização do atendimento, seja por meio de reassentamento/produção habitacional, seja por meio da urbanização/regularização. Isto é especialmente importante face aos usuais problemas de execução de obras que terminam estabelecendo prazos muito longos, o que resulta em defasagem do cadastro inicial e em efetiva alteração de parte da população cadastrada.

b) Sobre conceitos e dados a coletar

Na definição dos dados a coletar é importante que sejam levantados aqueles que serão necessários aos projetos setoriais (urbanístico, regularização fundiária etc.) e também para o monitoramento dos indicadores propostos no programa e para a avaliação econômica deste, quando isto for demandado. No item deste texto que trata do diagnóstico estão listados elementos essenciais do ponto de vista social a serem levantados e alguns modelos estão inseridos como anexos.

Na definição de conceitos, a principal se refere à descrição de família ou unidade a cadastrar. Outro ponto importante é a composição de renda e, em função da integração de programas, cabe registrar como estas questões estão definidas no – Cad Único.

Definições do Cad Único

Família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

Renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos de todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos por menores aprendizes nem os rendimentos percebidos de determinados programas sociais.

A definição de renda familiar do Cad Único é problemática para o cadastro de Projeto, porque receber ou não renda de programa social é um indicador de maior ou menor capacidade de assumir os custos decorrentes da intervenção.

ETAPA 3 – Levantamentos qualitativos

Os levantamentos qualitativos buscam aprofundar o conhecimento das condições da área, sua história, organização social, cobertura de equipamentos e serviços e a subsidiar diagnóstico em relação à análise de potencialidades e vulnerabilidades.

Existem diversas metodologias de diagnóstico participativo, nas quais os levantamentos qualitativos são parte do processo geral de pesquisa e formulação do diagnóstico. A seguir elencamos as atividades principais consideradas em um processo convencional, as quais são conduzidas a partir de um roteiro estruturado de entrevista:

- a) levantamentos junto a lideranças, presidentes de entidades e/ou moradores mais antigos;
- b) levantamentos junto a dirigente de equipamentos públicos e/ou comunitários da área;
- c) levantamento de dados institucionais acerca dos equipamentos públicos.

Vale conhecer

Uma experiência bem avaliada de metodologia participativa é Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), realizado em Santo André.

Para conhecer mais:

<http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/livro6.pdf>

■ EIXO 3 – ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Este eixo abrange ações com dois objetivos: integrar os estudos e estabelecer a relação de troca e complementação de dados/propostas entre as áreas institucionais importantes de serem envolvidas no projeto; e elaborar os documentos técnicos de responsabilidade do Trabalho Social, quais sejam: o diagnóstico socioeconômico e organizativo e o PTTS. O processo apresenta-se em três etapas

■ ETAPA 1 – Articulação institucional e planejamento participativo

Esta etapa agrupa atividades com o objetivo de integrar os estudos e construir uma visão comum dos problemas a enfrentar, de modo a permitir a formulação de uma proposta efetivamente integrada, tanto do ponto de vista físico-ambiental, como fundiário e social. Tem como atividades importantes:

- a) atividades com equipes técnicas do projeto integrado para compartilhamento de dados;
- b) atividades de articulação institucional, compartilhamento de dados e consolidação de diretrizes com outras áreas da administração (quando não são integrantes da equipe permanente);
- c) atividades de consolidação dos cenários e da proposta de ação integrada, incluindo a proposição de diretrizes para o projeto urbano a partir do diagnóstico social.

■ ETAPA 2 – Elaboração do diagnóstico socioeconômico e organizativo

Para elaboração do diagnóstico é importante que toda a fase de pesquisa socioeconômica e de levantamentos qualitativos sobre a área esteja concluída, tenham sido debatidos com os atores sociais institucionais (etapa anterior) e com a população (Eixo 4). Também é importante que tenham sido definidas as diretrizes gerais da intervenção global. São atividades importantes:

- a) atividades de construção do diagnóstico social compartilhado entre equipe técnica responsável pelo projeto e parceiros do PTTS;
- b) elaboração técnica do texto do diagnóstico socioeconômico e organizativo da área.

■ ETAPA 3 – Elaboração do PTTS

No próximo capítulo abordaremos os conteúdos principais do PTTS. Aqui estão apresentadas as atividades importantes do processo de formulação:

- a) elaboração preliminar das diretrizes do PTTS;
- b) discussão e consolidação das diretrizes e propostas de ações com as secretarias municipais e instituições parceiras do PTTS;
- c) elaboração do documento técnico do PTTS.

Esta é outra fase do processo de elaboração de projetos em que é muito importante a utilização de metodologias participativas.

Busca-se aqui consolidar o "Triângulo de Governo" do já citado PES: construir/definir o "projeto de governo, verificar a "capacidade de governo" e a "governabilidade".

Esta equação é muito importante no processo de formulação do PTTS para que não se caia em alguns vícios comuns da formulação de projetos sociais, tais como: formular objetivos para os quais não se desenham ações ou cujas ações estão fora da governabilidade da equipe de projetos; e ainda, propor ações que dependem em termos de recursos humanos e materiais de outros atores, os quais não estão comprometidos com essas ações.

Você tem tido este cuidado?

■ EIXO 4 – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DAS AÇÕES / APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS

ESTUDOS E PROJETOS COM A POPULAÇÃO E SUAS LIDERANÇAS

Este eixo se refere ao processo de discussão e pactuação dos projetos e propostas do Projeto Integrado e do PTTS com a população. É o eixo de ação fundamental para assegurar um processo efetivamente participativo no qual as propostas, respeitados os limites

técnicos, jurídicos e financeiros, reflitam as expectativas da população. Do ponto de vista da mobilização da população, este eixo de trabalho em geral é coordenado pela equipe social, mas sua execução deve ser de forma conjunta com as equipes responsáveis pelos projetos técnicos de urbanização, saneamento e regularização, bem como com a equipe coordenadora responsável pelos pactos institucionais.

As discussões devem ocorrer ao longo do processo de estudos e formulação de projetos e a escolha das metodologias, técnicas e dinâmicas a serem usadas merece muita atenção, porque elas poderão favorecer a maior ou menor apropriação do Projeto pela população.

Vale a pena conhecer: World Café

Além das experiências com as oficinas utilizando-se de ferramentas do PES, tivemos uma boa experiência com a metodologia denominada World Café, "processo de conversação para promover diálogos construtivos, acessar inteligência coletiva e criar possibilidades inovadoras de ação, particularmente em grupos que são maiores do que a maioria das abordagens tradicionais de diálogo são capazes de acomodar."

Para conhecer mais

http://wiki.papagallis.com.br/World_Caf%C3%A9_e_Intelig%C4%Aancia_coletiva

O Eixo 4 está organizado considerando-se as etapas técnicas já apresentadas anteriormente, sintetizadas a seguir.

■ ETAPA 1 – Devolução dos dados levantados e construção do diagnóstico comum com a população

São ações necessárias, que podem acontecer por metodologias diversas:

- a) devolutiva dos dados levantados e mapeamento preliminar dos problemas com as lideranças;
- b) devolutiva dos levantamentos e mapeamentos preliminares de problemas prioritários feitos com a população em assembleias/reuniões gerais;
- c) atividades com lideranças para apresentar e discutir os dados dos diagnósticos técnicos e consolidá-los;
- d) atividades com a população para consolidação do diagnóstico e priorização dos problemas.

■ **ETAPA 2 – Discussão e pactuação, junto à população, de diretrizes e cenários do projeto.**

Trata-se do processo de discussão das diretrizes do Projeto Integrado e abrange:

- a) discussão com lideranças e/ou instância de gestão participativa sobre cenários e/ou diretrizes de intervenção;
- b) discussão com a população das alternativas de cenários e/ou diretrizes de intervenção;
- c) atividades de esclarecimentos complementares e negociação;
- d) atividades gerais (assembleias, oficinas, votações) de definição do cenário a ser adotado / diretrizes finais da proposta.

■ **ETAPA 3 – Apresentação e discussão das alternativas, junto à comunidade, dos projetos básicos/**

executivos associadas às obras

Esta etapa é importante porque em tese somente aqui se tem a definição da solução/ impacto individual sobre cada família. São atividades principais:

- a) apresentação dos projetos para lideranças e/ou instância de gestão participativa;
- b) apresentação para a comunidade dos projetos de intervenção elaborados;
- c) atividades de esclarecimentos complementares e negociação;
- d) reuniões/assembleias gerais de aprovação das propostas na comunidade.

Destaca-se nesta etapa o processo de negociação com a população a ser reassentada, realizando encontros abordando-se os seguintes temas:

- características das alternativas de solução habitacional propostas;
- critérios de acesso às diferentes tipologias de solução;
- ações de natureza fundiária e instrumentos de titulação e regularização das unidades; e
- ônus que passarão a arcar após a regularização, como prestação, impostos e tarifas.

■ ETAPA 4 – Apresentação e discussão do PTTS

Abrange as seguintes atividades:

- a) apresentação do escopo do PTTS e levantamento de propostas acerca dos seus eixos de ação junto às lideranças e/ou instância de gestão participativa;
- b) apresentação e discussão do PTTS formulado com lideranças e/ou instâncias de gestão participativa e/ou agentes sociais significativos;
- c) apresentação e discussão do PTTS com população.

■ ETAPA 5 – Ações de fomento à organização da população, capacitação das lideranças e integração com o poder público

Esta etapa tem um objetivo imediato e outro futuro. Pretende ser o espaço de discussão do projeto com as lideranças, de forma contínua, favorecendo maior apropriação dos seus conteúdos; e busca fortalecer a organização para a fase da implementação. Sua dinâmica será muito determinada pelo nível de organização da população e o prazo de elaboração dos projetos. São atividades recomendadas:

- a) discussão com a população sobre a forma de organização a ser adotada para acompanhamento do projeto;
- b) constituição da instância de acompanhamento e gestão participativa do projeto;
- c) atividades de apoio e capacitação de lideranças;
- d) eventos lúdicos e educativos de integração poder público e população.

■ ETAPA 6 Formalização da adesão Individual da população ao projeto

Esta etapa se aplica a projetos que exigem adesão individual das famílias demonstrando, na fase do projeto, a concordância com as soluções propostas. Abrange:

- a) elaboração do termo de adesão;
- b) coleta das assinaturas do termo de adesão ao projeto.

Qual é sua experiência no processo de formulação de projetos e de discussão deles com a população? É possível estabelecer diferenças, em termos de resultados, entre um processo mais participativo e um menos estruturado?

3. Conteúdos do PTTS a ser apresentado

Os conteúdos mínimos a serem apresentados no PTTS estão estabelecidos de forma geral no COTS, que elenca os seguintes itens a serem apresentados no PTTS vinculado aos Programas de Urbanização de Assentamentos Precários:

- 1- identificação
- 2- características da área de intervenção e do entorno
- 3- caracterização da população beneficiária
- 4- justificativa
- 5- objetivos
- 6- metodologia
- 7- composição da equipe técnica
- 8- avaliação
- 9- parcerias
- 10- cronograma de execução de atividades
- 11- custos
- 12- desembolso³¹.

Além destas definições, o COTS prevê também a apresentação de um Plano de Reassentamento em projetos onde tal ação esteja prevista.

Neste capítulo vamos debater aspectos metodológicos dos conteúdos principais do PTTS e do Plano Social de Reassentamento, levantar reflexões para tomadas de decisão e destacar estratégias para formulação dos conteúdos da proposta técnica.

3.1 Contexto de desenvolvimento do PTTS frente à intervenção integrada proposta

Embora não exigido no elenco de itens do COTS, é importante que o conteúdo inicial a ser trabalhado no PTTS seja o grupo de informações relativo à síntese da intervenção integrada a ser desenvolvida no assentamento precário. É esta intervenção que estabelece as dimensões de território e tipologias de ações com as quais a equipe social deverá trabalhar junto à população e, portanto, estabelece as bases para o planejamento da ação.

31. CAIXA. *Caderno de Orientação Técnica Social – COTS*. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/habitacao/operacoes_coletivas/programa_credito_solidario/orientacao_tecnica.asp

São informações geradas pela equipe integrada, já que dá conta do conjunto de ações propostas. São importantes de serem apresentadas no PTTS para sua perfeita contextualização, mas também porque é importante serem apropriadas pela equipe social, para que esta possa estabelecer o diálogo cotidiano com a população. Dentre as informações a serem apresentadas destacam-se as seguintes:

■ 3.1.1. Características gerais da área de intervenção, do entorno e da área de reassentamento (quando houver)

É importante sistematizar as seguintes informações acerca da intervenção e sua relação com o PTTS:

a) poligonal(is) de projeto, reassentamento e obras;

b) características gerais das áreas;

- ___ Aspectos físico-urbanísticos e habitacionais;
- ___ Aspectos ambientais;
- ___ Aspectos jurídico-fundiários; e
- ___ Aspectos sociais.

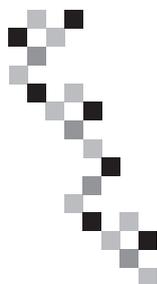
■ 3.1.2. Síntese do Projeto de Urbanização Integrada

Trata-se de apresentar o escopo do projeto de intervenção para o qual será desenvolvido o PTTS com os seguintes tópicos principais:

a) Objetivos

b) Síntese das diretrizes e ações integradas, compreendendo:

- ___ aspectos físico-urbanísticos e habitacionais;
- ___ aspectos ambientais;
- ___ aspectos jurídico-fundiários; e
- ___ aspectos sociais



c) População beneficiária por tipo de intervenção e sua relação com o Trabalho Social

É importante deixar claro o quantitativo e a diversidade de soluções viabilizadas, estabelecendo-se os públicos e temas da abordagem do Trabalho Social, que é bastante diferente por tipo de solução viabilizada e estratégia de execução do Projeto, com destaque para:

■ Solução de produção:

- ___ famílias inseridas em obras de mutirão ou famílias atendidas com obras a serem executadas por empreitada global

■ Soluções das necessidades habitacionais:

- ___ famílias a serem beneficiadas com consolidação das unidades pela implantação de infraestrutura;
- ___ famílias em cujas unidades consolidadas serão executadas obras de melhorias habitacionais, para adequação da unidade;
- ___ famílias a serem reassentadas externamente;
- ___ famílias a serem relocadas em unidades implantadas na própria área.

■ Beneficiárias indiretas/ não individualizadas de obras de infraestrutura.

d) Metas físicas de atendimento – que se referem aos quantitativos das ações integradas.

e) Cronograma de referência das obras e ações fundiárias.

3.1.3. Critérios e parâmetros para elegibilidade da solução habitacional

É indispensável deixar claro desde o início da intervenção na área quais são os critérios que tornam uma família detentora de direito às soluções habitacionais. Isto implica em tomada de decisão de nível gerencial e não apenas da equipe social, já que tal decisão remete à política habitacional mais geral. Por vezes, alguns destes pontos já estão regulamentados em leis de ZEIS, planos municipais/ estaduais de habitação ou mesmo na regulamentação dos fundos municipais. São os seguintes pontos que afetam a definição da elegibilidade:

a) Critério geral de habilitação ao projeto – Em geral, tem-se como critério geral, na fase de projetos: "famílias titulares que são ao mesmo tempo cadastradas e ocupantes nos imóveis cadastrados na área, no período de cadastro definido, seja em imóveis residenciais, comerciais ou mistos". Dentro deste critério geral cabem especificidades, as quais devem ser perfeitamente definidas na fase inicial do projeto, seja para garantir transparência, seja para não criar expectativas não correspondidas ou mesmo para inviabilizar tentativas de burla e fraudes de cadastro;

b) Tratamento para situações especiais – As situações especiais mais comuns se referem a dois grupos, as famílias moradoras de aluguel ou na condição de uso cedido de imóvel e o outro lado do problema, que são os proprietários de benfeitorias não residentes; as famílias/pessoas que desenvolvem atividades (econômicas, religiosas etc.) incompatíveis com as condições de regularização que se terá no assentamento;

c) Tratamento para beneficiários de projetos anteriores ou para proprietários de imóveis em outra região da cidade – Estas situações devem estar previstas nos planos locais de habitação de interesse social e é importante que seja esclarecido desde o momento inicial o tratamento a ser dado. Em geral os planos locais são restritivos ao atendimento de quem já se beneficiou da política habitacional e de quem é proprietário de imóvel em outro local.

3.1.4. Estratégia de reassentamento adotada (quando for o caso),

incluindo soluções de moradia transitória (também quando for o caso)

Quando o projeto de urbanização exige reassentamento, a estratégia de implementação desta medida deve ser resultado de uma soma de condições, entre as quais: a condição jurídico-fundiária dos imóveis afetados, o plano de obras possível e as condições financeiras e de gestão. Constitui, portanto, uma decisão de nível gerencial. São aspectos importantes de serem explicitados nesta estratégia de reassentamento:

a) imóveis afetados e soluções de reassentamento aplicáveis. Compreende domicílios, atividades econômicas e equipamentos comunitários;

b) estratégia de implantação. Considera o plano de obras proposto no programa, a disponibilidade de soluções a origem dos beneficiários e os procedimentos operacionais para disponibilização físico-financeira das soluções;

c) estratégia de controle da ocupação da área afetada. Estabelece os procedimentos a serem adotados para impedir expansão da ocupação, de modo a manter coerência da proposta com a situação da área.

d) condições mínimas para a execução de reassentamentos. Estabelece patamares e compromissos de como se dará a execução dos reassentamentos.

e) soluções de reassentamento transitório. Recomenda-se evitar as soluções transitórias seja pela questão social (amplia os impactos negativos sobre as famílias), seja pela questão econômica (trata-se de recursos gastos sem retorno). Quando necessário, é importante estudar soluções que gerem menos transtornos para as famílias, e mobilizem menos a equipe em atividades transitórias. Já há diversas experiências em desenvolvimento de soluções geridas pelas próprias famílias, como as soluções de "bolsa-aluguel"/auxílio-aluguel, em que o moderador localiza e contrata a sua solução. Para qualquer solução transitória prevista (aluguel ou alojamento) deve ser previsto um conjunto de atividades do PTTS para acompanhamento das famílias nesta situação.

O conjunto de informações listado (veja p. 219) é indispensável ao planejamento do Trabalho Social com a população, especialmente no que diz respeito ao suporte social específico para os diversos tipos de soluções e/ou ações a serem desenvolvidas com vistas à solução de moradia adequada.

3.1.5 Processo de discussão do projeto pela população

Constitui também elemento do contexto do projeto a ser apresentado, a forma como se deu efetivamente o processo de discussão do projeto com a população e suas lideranças e a participação deles nesta construção, bem como, o nível de interação e aceitação (ou não) estabelecido.

Esta relação da população com o projeto será importante no planejamento das ações, tanto no que diz respeito à compreensão do nível de domínio do projeto (que implicará no planejamento de mais ou menos atividades voltadas para este fim), quanto no que diz respeito ao nível de identidade entre suas reivindicações e o projeto elaborado. É importante que quando houver, sejam explicitadas resistências e eventuais pontos de conflitos a serem trabalhados ao longo do PTTS.

3.2 Caracterização sócioeconômica e organizativa / diagnóstico das áreas e da população

Pode-se agrupar a apresentação do diagnóstico socioeconômico e organizativo em quatro grandes tópicos, cujos dados principais estão sintetizados a seguir

3.2.1. Características do banco de dados do projeto

São dados gerados pela pesquisa:

- a) número de imóveis cadastrados;
- b) número de famílias e população a ser atendida;
- c) famílias efetivamente entrevistadas;

3.2.2 Caracterização sócioeconômica da área e da população

Também são dados gerados pela pesquisa, sendo os principais:

Características sócioeconômica da população

- a) sexo;
- b) idade;
- c) escolaridade;
- d) situação ocupacional;
- e) profissões;
- f) renda (*per capita*, da população, familiar, familiar média);
- g) comprometimento mensal com o pagamento de encargos, impostos, taxas, moradia, transporte;
- h) perfil epidemiológico e doenças mais frequentes da comunidade;
- i) portadores de necessidades especiais;
- j) principais demandas;
- k) participação em entidades sociais.

Características principais dos chefes de família

- a) sexo;
- b) idade;
- c) escolaridade;
- d) profissão;
- e) condição ocupacional;
- f) renda;
- g) tempo médio de residência dos titulares das famílias na área;
- h) de necessidades especiais.

Caracterização urbano-habitacional da área

- a) uso e ocupação do imóvel;
- b) da ocupação dos domicílios/titularidade;
- c) número de moradores por domicílio;
- d) número de famílias no domicílio;
- e) tipologia/material construtivo;
- f) porte/ número de cômodo do imóvel/serviços internos e unidade sanitária;
- g) condições de acesso aos/serviços básicos (luz, água, esgoto e lixo).

3.2.3. Caracterização histórica da ocupação

Os dados e as comprovações obtidas neste tópico são especialmente importantes em projetos cuja solução passa pela usucapião e podem ser assim sintetizados:

- a) histórico da ocupação; e
- b) fatos e eventos principais.

3.2.4. Características político-organizativa e cultural da área e da população

Este item é básico para subsidiar o planejamento das estratégias de mobilização e participação e para avaliação do potencial de redes sociais. Destacam-se como pontos a abordar:

- a) organizações de base da área;
- b) lideranças atuantes;
- c) forma de organização, práticas cotidianas de organização e/ou de lutas em torno de reivindicações específicas e conquistas sociais;
- d) organizações não governamentais (ONGs) e atores sociais externos atuantes na área, inclusive em programas de assistência social, geração de trabalho e renda e/ou educação sanitária e ambiental;
- e) presença de fatores desorganizadores, como tráfico e violência urbana;
- f) práticas e manifestações culturais;
- g) práticas socioambientais.

3.2.5. Condições de acesso a políticas sociais, equipamentos públicos e serviços.

Aborda os seguintes itens:

- a) equipamentos públicos e/ou comunitários e programas existentes na área e entorno;
- b) análise do nível de cobertura;
- c) avaliação da população quanto aos serviços.

3.2.6 Análise de vulnerabilidades, potencialidades e riscos

Mapear, de forma adequada, os diversos componentes da vulnerabilidade e potencialidades de cada área e sua população é fundamental para um bom diagnóstico. Esta análise pode se constituir em um dos guias principais da formulação das ações a serem desenvolvidas pelo PTTS com vistas a reduzir vulnerabilidades, ampliar o nível de inclusão e fortalecer as potencialidades da área.

Listamos a seguir, como exemplo, alguns fatores de vulnerabilidade e potencialidades comumente encontrados em assentamentos precários, bem como, riscos potenciais associados a projetos.

3.2.6.1 Fatores de vulnerabilidade mais comuns nos assentamentos precários

- renda familiar muito baixa;
- solução inadequada para as necessidades habitacionais;
- relações precárias de emprego ou desemprego;
- baixo nível de escolaridade e qualificação profissional;
- perfil etário da população, quando prevalecendo percentual elevado de crianças e jovens;
- perfil do chefe de família, destacando-se como indicadores de vulnerabilidade: chefes muito jovens ou idosos, chefes de famílias sozinhos (sem cônjuge), mulheres chefes de família; chefes com poucos anos de estudo;
- ausência do capital social dado pela organização em áreas em que as ações de natureza coletiva são pontuais e há dificuldade de mobilização das famílias;
- presença da violência associada ao tráfico de drogas com seus efeitos socialmente desorganizadores, especialmente entre os jovens;
- acesso inadequado aos serviços de saúde, educação, assistência social e oportunidades de cultura, esporte e lazer.

No processo de análise dos dados levantados é importante comparar as informações das áreas com dados relativos ao município em que estão localizadas, de modo a se obter informações mais efetivas sobre as condições de exclusão urbana e de vulnerabilidade social do assentamento em relação à cidade.

Para municípios do Estado de São Paulo, tem-se um índice sintético de fácil comparação, que é o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pela Fundação SEADE³².

32. Sobre Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS: <http://www.seade.gov.br/master.php?opt=menu&menu=3.Índice.php??menu&t3>

■ 3.2.6.2 Potencialidades / fatores aceleradores do desenvolvimento social

- ___ identidade positiva da população com o bairro/área em que residem;
- ___ organização social, ativa, mesmo que não formalizada;
- ___ solidez e valorização das relações de vizinhança e existência de redes locais de solidariedade;
- ___ acessos a equipamentos e serviços nos níveis da própria cidade;
- ___ existência de programas do município ou de parceiros potenciais passíveis de serem mobilizados para enfrentar parte dos problemas sociais identificados;
- ___ atuação de ONGs na localidade, como ponto de partida para uma solidariedade na área;
- ___ vocações produtivas existentes na área ou na região/potencialidades do mercado local;
- ___ além das potencialidades presentes nas áreas, a efetivação do projeto de urbanização deve se constituir em fator acelerador do desenvolvimento social já que, com a intervenção, importantes ativos dos moradores poderão ser fortalecidos, como a moradia e a saúde;
- ___ o fator acelerador representado pela urbanização cresce em efetividade se assegurada a identidade entre o projeto e a população, que desta forma se apropria dele. Isto pressupõe compatibilidade entre as propostas estruturais do projeto e as demandas prioritárias da população, que devem ter sido expressas na fase de levantamentos.

■ 3.2.6.3 Riscos associados ao projeto

É preciso estar atento também aos riscos trazidos pelo projeto. As experiências mostram que, ainda que resultando em uma objetiva melhoria da qualidade de vida do lugar e das famílias, especialmente quando envolvem deslocamentos de população, os projetos também podem trazer riscos de vulnerabilização da população (perda de vínculos sociais, redução de oportunidades de trabalho entre outros). É necessário que estes riscos sejam mapeados, de modo a nortear a adoção de ações e metodologias específicas para prevenir os eventuais impactos negativos nas famílias e nos entorno social e urbano.

Outro aspecto refere-se à sustentabilidade socioeconômica das soluções geradas incluindo a capacidade de pagamento para os retornos financeiros correspondentes ao acesso às soluções adequadas. É importante uma análise clara dos custos a serem repassados para as famílias incluindo as taxas, frente à capacidade de pagamento das mesmas, e a indicação de medidas para enfrentar eventuais impactos negativos ou incapacidade de retorno.



3.3 Estruturação das ações do trabalho social na fase de obras e pós-obras

Considerando seus focos principais, temos organizado as ações do Trabalho Social em cinco grandes eixos/ações estratégicas, abrangendo e desdobrando os três eixos obrigatórios definidos pelos manuais dos programas. Estes cinco eixos (também chamados subprojetos ou ações estratégicas) são:

- mobilização, participação e organização social/comunitária;
- trabalho social de suporte ao acompanhamento das obras, execução dos reassentamentos e regularização fundiária;
- educação sanitária e ambiental;
- ações de apoio à geração de trabalho e renda, desenvolvimento e inclusão social;
- acompanhamento e avaliação pós-ocupação.

Eles estão abordados, a seguir, em termos de objetivos, etapas e ações principais.

3.3.1 Ações de mobilização, participação e organização social/ comunitária

Este grupo de ações é organizado tendo como objetivo principal a participação popular e a ampliação dos níveis de organização da área e da população. Busca fomentar condições favoráveis à mobilização da população da área em torno do projeto oferecendo subsídios para sua participação e acompanhamento em todo o processo de execução do projeto e das obras. Agrupa também ações para assegurar a ampliação dos níveis de organização, quando estes forem inadequados.

Neste grupo de ações devem estar claramente definidas as instâncias do processo de gestão participativa propostos no PTTS, tais como:

- comissão de representantes da comunidade para acompanhamento das obras e ações do projeto;
- fóruns/conselhos locais com os atores significativos que atuam na área;
- assembleias gerais ou temáticas com toda a população.

São etapas e ações importantes de serem planejadas:

- a) ações preparatórias ao início das obras;
- b) ações contínuas para a participação, mobilização e acompanhamento do projeto;
- c) estruturação e manutenção do sistema de comunicação;
- d) ações contínuas junto à instância de gestão participativa/controle social e capacitação;
- e) ações de apoio e/ou fortalecimento da organização autônoma da população;
- f) atividade e eventos lúdicos e temáticos de integração da comunidade;
- g) monitoramento e avaliação periódica do projeto com a comunidade.

Vale a pena conhecer: Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL)

Uma boa experiência de gestão participativa de projetos foi criada, em Recife, a partir da Lei 16.113/95, que dispõe sobre o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). Em seus artigos de 27 a 33 a trata da Comissão de de Urbanização e Legalização (COMUL). No artigo 28° ela é caracterizada como "o espaço privilegiado para discussão e deliberação acerca dos projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidos pelo Executivo municipal na respectiva ZEIS"

Para conhecer mais:

http://www.servicodejusticaepaz.com.br/downloads/lei_dos_prezeis.pdf

http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_11.pdf

3.3.2 Trabalho Social de suporte ao acompanhamento das obras, execução dos reassentamentos e regularização fundiária

São ações que têm como foco o trabalho social na dimensão habitacional. Abrange todo o suporte social e as mediações junto à população com vistas à inibição da expansão de ocupações irregulares, ao acompanhamento das obras de urbanização e melhorias habitacionais; à pactuação, preparação e execução dos reassentamentos e relocações; orientação das populações do entorno imediato das obras; e ao apoio ao processo de regularização fundiária.

É importante que sejam planejadas as seguintes etapas e ações principais

- a) atividades gerais de suporte às obras; ao congelamento da área e orientação para convivência com as obras em segurança;
- b) atualização cadastral e consolidação das regras de atendimento;
- c) atualização e detalhamento do plano de reassentamento e relocações e contratação dos termos de compromisso/adesão por tipo de atendimento;
- d) acompanhamento das obras, preparação e operacionalização do reassentamento/remanejamento de famílias – este grupo de ações somente se aplica a projetos com reassentamento. Abrange desde o acompanhamento das obras de infraestrutura e produção habitacional na área de reassentamento ou bolsões habitacionais da própria área até a operacionalização das mudanças e abrange entre outras as seguintes ações:

- __ contratação do processo de reassentamento/remanejamento, ampliação das informações das famílias sobre a nova moradia e preparação para as mudanças;
 - __ apoio as providências junto às concessionárias e prestadores de serviços para plena inserção urbana;
 - __ ampliação das informações e preparação para a constituição de condomínios, quando for o caso;
 - __ abordagem do entorno de área de reassentamento externo;
 - __ operacionalização dos reassentamentos;
- e) Acompanhamento das obras de urbanização e melhorias habitacionais em unidades consolidadas - este grupo de ações se desdobra em dois tipos de atividades, dada a relação entre as famílias e as obras, e são as seguintes:
- __ acompanhamento das obras de urbanização;
 - __ acompanhamento das obras de melhorias habitacionais;
- f) contratação das condições e acompanhamento das soluções de reassentamento/remanejamento transitório;
- g) apoio social à regularização fundiária da área e das unidades.

Um componente importante deste grupo de ações refere-se às ações sociais integradas ao processo do chamado "congelamento" das áreas.

Este processo é bem sucedido quando resultante da combinação de uma boa estruturação do poder público para fiscalizar, com uma aliança com a população para fazer a sua parte no congelamento.

Do ponto de vista da equipe, o congelamento é fruto da ação integrada da equipe social que informa as regras à população e constrói as alianças, com a equipe de fiscalização que atua preventivamente e, quando necessário, notifica e executa notificações.

Na nossa experiência, os principais passos adotados para o estabelecimento do congelamento de áreas em processo de intervenção são os seguintes:

1. delimitar fisicamente a área de intervenção;
2. arrolar todos os imóveis encontrados na área e numerá-los, criando a base de congelamento com o cadastro inicial de atendimento formado por: um imóvel numerado, um formulário de arrolamento deste imóvel com o mesmo número e a identificação do ocupante titular e uma planta na qual é lançado o mesmo número. Na sequência faz-se o cadastro das famílias e entrega-se o comprovante de cadastramento, no qual está escrito que é proibido construir, vender ou trocar, etc.;

3. debate e construção de pactos com a população de congelamento e fiscalização, a partir da publicação/ divulgação das regras de atendimento, em termos de população residente e cadastrada em imóveis arrolados e lançados na planta;
4. afixação de placas com a informação de que a área está cadastrada e que é proibido construir, vender ou trocar etc. e informando o local onde as pessoas podem receber informações ou denunciar novas construções e vendas irregulares;
5. estabelecimento de rotina de fiscalização da área, por equipe específica, dando-se os passos pertinentes, no caso de encontrar ocupações/ampliações novas: notificação e demolição.

Como já dito, este processo exige um amplo diálogo com a população, para a qual o melhor argumento é: o projeto tem um investimento planejado para atender a uma população determinada, se esta população cresce, o projeto deixa de ter capacidade de atender quem está há muito tempo e quem acabou de chegar. Esta é a base central do acordo de congelamento.

3.3.3 Educação sanitária e ambiental

O professor Aziz Ab'Saber define a educação ambiental como *um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e que garante um compromisso com o futuro, (...) destinado a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados(...) um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual como coletivo*³³.

No caso do PTTS no projeto de urbanização, a ação estratégica assim denominada agrupa as ações que têm como objetivo maior o fomento à sustentabilidade socioambiental do projeto, a partir da ação da população. Busca desenvolver ações e metodologias que possibilitem a ampliação do conhecimento da população sobre as condições ambientais da área em que reside, bem como sobre o uso e conservação das obras implantadas pelo projeto. Tem como finalidade maior conscientizar a população do seu papel como parceira na recuperação e manutenção das áreas saneadas e recuperadas e desenvolver práticas sustentáveis de convivência com o meio ambiente natural e construído, bem como, práticas adequadas de higiene e saúde.

As etapas e ações a serem planejadas estão vinculadas à metodologia de trabalho escolhida. A seguir estão listados alguns grupos de ações usualmente adotados:

33. Entrevista publicada no Eco Press: Educador Ambiental, WWF, 2000.

- a) sensibilização da comunidade para a temática ambiental, podendo envolver parceiros como escolas, unidades de saúde etc;
- b) formação de multiplicadores e construção de uma visão comum do problema ambiental e de um plano de ação;
- c) desenvolvimento do Plano de Ação de Educação Sanitária e Ambiental. O Plano será tão amplo quanto for a sensibilização e mobilização efetivada na fase anterior. Nos projetos de urbanização é importante que este plano assegure a abordagem de alguns eixos básicos:
- EIXO 1 – RESÍDUOS;
 - EIXO 2 – ÁREAS VERDES E DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL;
 - EIXO 3 – ÁGUA;
 - EIXO 4 – ESGOTO;
 - EIXO 5 – ENERGIA;
- d) educação ambiental focada nas obras executadas/alterações do ambiente construído.

Vale a pena conhecer: Agenda 21 do Pedaco

A partir dos conceitos da Agenda 21, o Instituto Ecoar para a Cidadania desenvolveu a metodologia da Agenda 21 do Pedaco. *“A idéia é que cada comunidade, bairro ou vila construa uma Agenda 21 do seu pedaco. Tal como uma agenda normal, na Agenda 21 do Pedaco são marcados os compromissos de cada dia, o planejamento da estratégia para as mudanças necessárias e as ações para solucionar os problemas do lugar³⁴.”* Esta metodologia foi utilizada com sucesso em alguns projetos de urbanização.

Conheça mais sobre este tema em

<http://www.rebob.org.br/ENCBH/25outubro/Sala04/05Agenda21do.pdf>

34. <http://www.ecoar.org.br/novo/noticias.asp?str=255>

3.3.4 Apoio à geração de trabalho e renda, desenvolvimento e inclusão social

Neste grupo estão organizadas as ações voltadas para ampliar a inclusão social, especialmente por meio do trabalho, com objetivo de reduzir a vulnerabilidade social da população e fortalecer suas potencialidades socioeconômicas e de acesso a políticas e serviços.

Deve priorizar ações capazes de melhorar o acesso à renda, seja como empregados ou empreendedores; ações de capacitação profissional; ações de geração de renda; articulação da melhoria do acesso às políticas sociais básicas, seja a partir da destinação de áreas e implantação de equipamentos, seja com a articulação de ações com ênfase em educação, saúde e assistência social. Deve-se buscar consolidar redes de parceria do poder público com a população e preferencialmente ser desenvolvido como ação em rede, trazendo para a área políticas e ações existentes na prefeitura ou em ONGs, de modo a favorecer a sua continuidade após a conclusão do projeto.

Este grupo de ações será tanto mais amplo quanto for o nível de comprometimento institucional com a integração. Por isso, é aqui onde mais interessa a efetivação de uma ampla articulação institucional.

Já existem experiências bem-sucedidas em cidades onde o projeto de urbanização de favelas é parte da política de inclusão social, e não o contrário.

Vale a pena conhecer: Santo André Mais Igual

Uma experiência incluída na Seleção de Melhores Práticas, pela Caixa, aborda a questão da integração das políticas de inclusão social nas intervenções em assentamentos precários. Trata-se do Programa Santo André Mais Igual (SAMI) dentro do qual se insere o de Urbanização Integrada de favelas. Denaldi coloca que "o programa destina-se a atender as famílias moradoras de núcleos de favela em processo de urbanização com diversos programas setoriais (habitação, educação, saúde, garantia de renda, desenvolvimento econômico entre outros), articulados institucionalmente e concentrados espacialmente. (...) Além dos programas habitacionais, integram o SAMI, (...): *Urbanização de Favelas e Produção Habitacional; Microcrédito (Banco do Povo); Incubação de Cooperativas; Capacitação de Empreendedores Populares (Empreendedor Popular); Formação Profissional; Alfabetização para Adolescentes e Adultos (MOVA); Renda Mínima, acoplado ao atendimento escolar; Saúde da Família – provisão descentralizada de serviços de saúde, empregando agentes de saúde que operam nos bairros; e Criança Cidadã – programa destinado ao atendimento de crianças*" (SANTO ANDRÉ, 2002b)³⁵.

Para conhecer mais:

http://www.downloads.caixa.gov.br/_arquivos/melhorespraticas/estudocaso/e_santoandre.pdf

Onde não se tenha uma formulação tão ampla quanto o SAMI, são ações importantes de serem articuladas por meio de parcerias e/ou viabilizadas com recursos do projeto:

- a) atividades preparatórias e de apoio à geração de emprego nas obras;
- b) ações de qualificação profissional e apoio ao trabalhador;
- c) ações de geração de trabalho e renda, apoio ao cooperativismo e empreendedorismo;
- d) ações de apoio à elevação dos níveis de escolaridade da população;
- e) ações integradas de inclusão social com saúde, educação, assistência social, cultura etc.;
- f) ações de garantia do acesso às políticas públicas essenciais às famílias reassentadas;
- g) planejamento e gestão dos equipamentos implantados no projeto.

Uma reflexão necessária: nossas ações estão mesmo gerando trabalho e renda?

Vários desafios estão postos para as equipes em relação às ações voltadas para a geração de trabalho e renda, especialmente no novo cenário de recursos a investir no PTTS, dado pela definição do Ministério das Cidades de que os recursos aportados no PTTS devem corresponder a, no mínimo, 2,5% do investimento total no projeto. Tem-se, portanto, um volume de recursos como não se teve antes.

Embora as atividades e demandas do Trabalho Social vinculado às obras recebam necessariamente um maior volume deste investimento, é muito importante aproveitar este momento para dar uma nova dimensão às ações de geração de trabalho e renda desenvolvidos no âmbito dos projetos de urbanização. Para isto é importante mapear as vocações e potencialidades do município ou da localidade e investir em arranjos focados nesta vocação e potencial, desde capacitação até o apoio ao empreendedorismo ou articulação com o empresariado local. É importante buscar articular as atividades de geração de emprego e renda com o desenvolvimento local, inclusive fazendo parcerias para a produção de novos conhecimentos sobre o tema, quando isto for necessário.

3.3.5 Ações de acompanhamento e avaliação pós-obras/ocupação

O trabalho de acompanhamento e avaliação pós-ocupação/obras vem sendo organizado como eixo específico. Embora inserido no PTTS, ele tem demandas técnicas diferenciadas, inclusive quanto à composição de equipe, já que pressupõe o aporte de técnicos com especialidades multidisciplinares, novamente abrangendo dimensões físico-ambientais, fundiárias e sociais.

Este grupo de ações é especialmente estratégico em projetos de urbanização que preveem um grande volume de reassentamentos, os quais significam em geral uma ruptura com as práticas urbanas conhecidas pelos moradores e que demandam um trabalho de apoio e orientação para adaptação ao novo local de moradia. Exige também uma ação forte em torno da questão do controle urbanístico e da manutenção dos ganhos de inserção urbana conquistados com o projeto, em função da situação anterior de vínculo entre irregularidade da ocupação com a ausência de regras de cidade.

São objetivos deste eixo: assegurar a sustentabilidade da intervenção após sua implantação, a partir da orientação e informação adequada aos usuários acerca do projeto implantado, do uso correto das unidades e redes, dos impactos do projeto sobre o orçamento familiar, das regras de controle urbano e de conservação da cidade legal; consolidar as ações desencadeadas na fase de obras em torno da mobilização e organização, educação sanitária e ambiental, geração de emprego e renda e ações de inclusão social; e realizar a avaliação da intervenção desenvolvida, à luz dos objetivos do projeto e da opinião dos usuários, identificando problemas ocorridos e construindo alternativas de soluções destes problemas.

Neste grupo de ações se insere, do ponto de vista do planejamento operacional, a realização da avaliação *ex-post* dos projetos nos termos definidos pela matriz avaliativa adotada para análise dos Projetos de UAP/financiados pelo Ministério das Cidades³⁶.

As etapas/ações principais da fase pós-ocupação serão bastante diferenciadas de acordo com os projetos, mas é possível identificar como grupos de ações importantes:

- a) apoio técnico pós-ocupação/obras, seja em conjuntos habitacionais de reassentamento/ remanejamento, seja no próprio núcleo;
- b) apoio e fortalecimento da gestão condominial nos conjuntos habitacionais de reassentamento/ remanejamento, quando for o caso;
- c) elaboração de diagnóstico e plano de ação pós-obras compartilhado com a população
- d) implementação do plano de ação pós-obras compartilhado.

São temas importantes deste plano: moradia; acesso à infraestrutura, políticas e serviços urbanos; qualidade ambiental e controle urbano; regularização; organização e inclusão social;

- e) realização da avaliação pós-ocupação.



36. <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas/hbb/biblioteca/avaliacao-de-pos-ocupacao/subsidios-para-avaliacao-de-pos-ocupacao>

Vale a pena conhecer: Pouso/Programa Favela Bairro/RJ

Uma experiência referenciada com relação aos objetivos da fase pós-obras, foi desenvolvida no Programa Favela-Bairro com os Postos de Orientação Urbanística e Social (Pouso), instalados nas áreas na fase final de obra.

Para conhecer mais:

<http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favela/progfavbt.html>

<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/21/artigo16478-1.php>

3.4 Estrutura técnica e sistemática de gestão e execução do plano

Trata-se de dimensionar e apresentar a equipe prevista para realizar o conjunto de atividades propostas, considerando a equipe a ser mobilizada diretamente pelo executor e as equipes e serviços a serem contratadas.

3.4.1 – Equipes do proponente

A coordenação do Trabalho Social deverá ser exercida necessariamente por integrantes da equipe proponente.

Vale a pena conhecer: Santo André Mais Igual

No texto da seleção das Melhores Práticas, a respeito do programa Santo André Mais Igual (SAMI) tem-se uma formulação acerca das instâncias de gestão constituídas, que coloca que: “a promoção da integração e a simultaneidade das ações são os objetivos da criação destas instâncias, que são: equipe gestora(...); equipe operadora (...); equipe local(...)”.³⁷

Seja com maior grau de institucionalização, como no SAMI, seja com menor grau, para o dia a dia do projeto é indispensável que estejam claras as seguintes responsabilidades:

37. http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/melhorespraticas/estudocaso/e_santoandre.pdf

■ a) Coordenação geral do projeto integrado

A equipe deve abranger: um coordenador de projeto, responsável técnico por projetos e obras, responsável técnico do Trabalho Social, responsável pela fiscalização, responsável técnico pelas ações jurídico-fundiárias; e, dependendo das características da área, um especialista ambiental.

■ b) Coordenação do projeto de trabalho social

Equipe abrangendo o mesmo responsável técnico do Trabalho Social, os representantes de cada secretaria municipal que atuam com políticas sociais e que têm ação integrada ao projeto e, quando for o caso, os coordenadores dos eixos/ subprojetos setoriais.

■ c) Equipe de campo

É a base de apoio ao conjunto de ações do PTTS e preferencialmente deve ter dedicação integral. Ela poderá ser totalmente terceirizada. Há muita polêmica quanto às referências numéricas de composição desta equipe. Tem-se desde as referências do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é um técnico de nível superior e um de nível médio para cada cerca de 1.000 famílias (totalmente inviável para o volume de atividades do PTTS nos projetos de urbanização) até referências de projetos de reassentamento, de um técnico para cada 50 famílias (pouco viável do ponto de vista financeiro). Na nossa experiência de projetos do Habitar Brasil-BID, considerando as equipes de campo compostas por técnicos das prefeituras e das empresas terceirizadas, têm sido necessário, em média, dois técnicos sociais e dois estagiários para cada 500 famílias, além de parceiros e contratados para ações específicas integradas ao PTTS. Quando o projeto for estruturado em etapas e houver simultaneidade entre grupos em fase de obras e em fase de pós-ocupação, o dimensionamento da equipe de campo deve considerar a necessidade de se ter técnicos à frente das ações na área de reassentamento e no assentamento precário.

■ 3.4.2 Contratações terceirizadas

A decisão sobre terceirização de serviços deve estar estreitamente ligada à capacidade instalada da gestão municipal/estadual, mas também aos recursos mobilizáveis para tal terceirização.

Na situação em que se tenha uma boa equipe formada, é importante dar prioridade para contratação dos itens que demandam conhecimento técnico especializado específico a ser contratado já com a definição de capacitar a equipe para execução futura de tais ações.

Nas situações em que se tenham equipes pequenas e limitações institucionais de ampliá-las, deve-se priorizar que a equipe própria assuma as funções de coordenação do projeto (estas intransferíveis), terceirizando-se a execução das atividades.

É importante atentar que há atividades que demandam especializações bastante específicas e cuja contratação, em um bloco geral, pode prejudicar o atendimento ao nível de exigência técnica específica, como é o caso de constituição de sistemas de processamento e geração de bancos de dados etc.

Dentre as terceirizações mais comuns destacamos:

- a) **Serviços especializados de pesquisa para atualização cadastral e criação do banco de dados do projeto** – Dependendo das deliberações acerca do tema Cad Único esta contratação abrange também a organização dos dados para inserção dos beneficiários neste cadastro, caso não tenha sido feita;
- b) **Consultoria e assessoria para apoio ao desenvolvimento e monitoramento do Trabalho Social** – Trata-se de contrato de consultoria cujo objeto de ação é o apoio à prefeitura e não a terceirização total. Pelas características diferenciadas das atividades e de qualificação exigida, esta contratação poderá vir a ser feita por ações estratégicas (MOC, ESA e GER), a critério da e sob avaliação da sua área de licitação;
- c) **Realização de oficinas e eventos** – O escopo do contrato pode abranger oficinas específicas e eventos para os quais se contratam técnicos com experiência compatível com a atividade, bem como, deverá disponibilizar todo o material necessário e o apoio logístico para os eventos/oficinas;
- d) **Consultoria para formulação do sistema de Monitoramento e Avaliação** – Os serviços de consultoria técnica especializada podem abranger desde a preparação do sistema de monitoramento e avaliação, até a atuação na execução do monitoramento, incluindo os controles de monitoramento intermediários entre o início dos serviços e a avaliação final. Pela demanda de conhecimento metodológico específico que o tema requer, em geral pode ser mais adequado ser contratado separado;
- e) **Consultoria e/ou atividades para capacitação/técnica da equipe** – Abrange contratos ou convênios voltados para capacitar as equipes em temas específicos considerados necessários;
- f) **Execução global do projeto de trabalho técnico** – Trata-se da hipótese de terceirização global dos serviços, cuja contratação abrange a execução das atividades especializadas, a mobilização da equipe de campo, a execução dos trabalhos contínuos e ainda a elaboração dos relatórios mensais e trimestrais com os respectivos anexos e demais instrumentos necessários à prestação de contas junto ao programa.

■ 3.5 Composição de orçamento e custos típicos

São itens a serem considerados na apropriação de valores:

- ___ serviços técnicos especializados, já comentados no tópico anterior;
- ___ eventos e oficinas;
- ___ cursos e atividades de capacitação profissional;
- ___ material didático e de comunicação;
- ___ material de consumo;
- ___ equipamentos e infraestrutura necessária à realização dos trabalhos, ressalvadas as restrições feitas pelos programas nas instruções normativas específicas;
- ___ transporte, alimentação e hospedagem (em situações restritas).

4. Elementos importantes na fase de execução

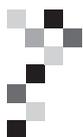
Trazemos aqui algumas questões de gestão que fazem diferença na fase de execução. Um belo projeto pode ser jogado no lixo se não se têm definidas estratégias de gestão, monitoramento e avaliação que assegurem a contínua adequação entre projeto e realidade.

■ 4.1 Estratégias de planejamento operacional no momento inicial da fase de execução

De maneira geral, mas especialmente em projetos em que tenha transcorrido um prazo longo entre sua elaboração e o início das obras, é fundamental realizar uma atualização do planejamento no começo da fase de execução, quando todos os atores estejam definidos, envolvendo: coordenação, equipes setoriais, empreiteira e gerenciadores, quando for o caso.

Esta atualização do planejamento tem como foco essencial a compatibilização do cronograma operacional de trabalho social com o plano de ataque da obra, após contratação do responsável pela execução do projeto.

Com esta atualização renova-se o pacto das ações a executar com aqueles que serão responsáveis pela sua implementação. Em situações extremas nas quais já se tenha grande defasagem entre a situação prevista e a situação encontrada na fase de início das obras, é pertinente formalizar esta atualização por meio de uma reprogramação ou revisão de projeto.



4.2 Pactuação da sistemática de monitoramento com agentes e técnicos

É importante que sejam assegurados ao longo de todo projeto instâncias e instrumentos de planejamento/monitoramento participativo, abrangendo os diversos agentes responsáveis pela ação, tanto as equipes responsáveis pela dimensão física e fundiária quanto a equipe responsável pelo Trabalho Social, de modo a assegurar-se o monitoramento permanente.

Segundo Falcão "não há avaliação sem monitoramento. O monitoramento registra e armazena informações substantivas no *continuum* da ação de uma política/programa; isto é, da cadeia de ações e relações processadas. É requisito imprescindível para o exercício da avaliação enquanto um instrumento de gestão. (...) O monitoramento das ações é condição necessária para se assegurar avaliações consistentes de resultados e impactos. É possível dizer que a avaliação é um processo contínuo que abarca o programa na sua concepção, implementação e resultados. Quando adota metodologias participativas, sua condução converte-se em possibilidade de aprendizado social/coletivo permitindo aos envolvidos a apropriação reflexiva do processo/programa³⁸."

Além do monitoramento integrado do ponto de vista das equipes, é importante garantir o monitoramento e a avaliação participativa junto com a população e seus representantes, com vistas a incorporar os sujeitos implicados nas ações públicas e fortalecer o citado processo de aprendizagem social. Estes momentos devem ter periodicidade definida e são instrumentos fundamentais para reorientar a ação e garantir a adequação entre a realidade e a ação.

É necessário também estabelecer os instrumentos a ser utilizados para documentação e monitoramento, os indicadores de avaliação, os meios e os prazos de cada fase.

É muito importante que os indicadores de monitoramento e avaliação sejam formulados tendo em vista apreender não apenas o processo, mas também seus resultados em termos dos objetivos delineados para a ação. Neste sentido, vale a pena investir no processo de formulação de um sistema de monitoramento e avaliação mais amplo e consistente, inclusive com informatização do processamento e análise de dados.

Considerando-se a periodicidade mensal de medição é importante garantir, pelo menos, uma reunião mensal da equipe integrada para monitoramento, acompanhamento, avaliação e atualização do planejamento de ações e atividades do período; e também é recomendável prever encontros de avaliação periódicos (trimestral, semestral).

O COTS traz conceitos e indicadores de monitoramento e avaliação que devem ser considerados na formulação da sistemática adotada.

38. CARVALHO, Maria do Carmo Brant e PAZ, Rosângela Dias Oliveira. *Conceitos básicos avaliação, indicadores, descritores e procedimentos metodológicos*. Apresentação no *Seminário Técnico sobre pós-ocupação nos projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais - UAS/HBB* do Programa Habitar Brasil. Brasília, 2006. Ministério das Cidades. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas/hbb/biblioteca/avaliacao-de-pos-ocupacao/subsidios-para-avaliacao-de-pos-ocupacao/4-3%20-ProcessoConstrucaoIndicadoresSociaisAvaliacaoResultadosMariaCarmoBrantCarvalho.pdf>

4.3 Sistemática de documentação e medição dos trabalhos

A produção e análise da documentação técnica e o registro das ações constituem instrumentos indispensáveis para o seu processo de controle e redefinição. São instrumentais de registro e monitoramento recomendados:

- ___ diário de campo, com registro das ocorrências de campo e de plantão;
- ___ ficha de atendimento individualizado do plantão social, para controle de demandas e problemas;
- ___ ficha de estudo de caso, instrumento de registro, análise e encaminhamento de problemas que exijam soluções individualizadas;
- ___ quadro/agenda mensal de planejamento e acompanhamento de atividades que contém o resultado do encontro de planejamento mensal com seus prazos e responsáveis;
- ___ relatórios mensais de acompanhamento, que informam as atividades desenvolvidas no período, incluindo aquelas previstas e não realizadas, ressalta elementos que incidem no planejamento global do PTTS e da obra e apropria valores investidos no PTTS no período.

Não esquecer

O relatório de atividades precisa se reportar ao projeto contratado/formulado, pois ele é o instrumento de verificação do cumprimento ou não do projeto.

- ___ Relatórios de avaliação (em periodicidade definida pelo sistema pactuado ou pelo programa de financiamento), que avalia o desempenho global do Trabalho Social no período em relação aos objetivos do projeto e aos compromissos com a população. Deve ser resultado da avaliação integrada do projeto, envolvendo os demais agentes e a população, e ser capaz de registrar avanços e retrocessos, bem como apontar ajustes necessários em cada período.
- ___ Relatório final do trabalho Técnico Social – que traz a avaliação final do desempenho do PTTS, tanto feita pela equipe como pela população, confrontando objetivos e resultados.

5. Notas Finais

“casa de um homem é não apenas o lugar de que ele tem a chave e a posse, mas o elemento que marca qual o lugar que ele ocupa na cidade (no bairro, no condomínio). A moradia de um homem referenda seu pertencimento à cidade e sua cidadania e, portanto, os direitos e deveres que ali lhe competem. (...) Essas constatações explicam, de certa forma, por que é tão complicado mudar de casa. Não se trata apenas de colocar os móveis dentro de um caminhão e passar de um domicílio para o outro. O alcance é muito maior e implica até a readaptação de hábitos e projetos de vida”³⁹.

Com esta reflexão, que remete a tudo que a casa significa na vida das pessoas e o que o projeto de urbanização pode significar como “mudança de casa”, não no sentido de sair do lugar, mas de mudar o lugar, registramos mais uma vez nossa convicção da importância de um bom trabalho social que contribua no fortalecimento do pertencimento à cidade e da cidadania.

Referências Bibliográficas

- AKERMAN, Marco e BOUSQUA Ailene. *Mapas de risco de violência*. In Revista *São Paulo em Perspectiva*, volume 13/nº 14 - Revista da Fundação SEADE, dez/1999.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *Democracia e cidadania*. São Paulo, *Pólis*, nº 14, 1994. p. 11-20.
- BONDUKI, Nabil (org.). *À Guisa de conclusão: das experiências concretas para a construção de um novo ideário em políticas urbanas*. In:_____. *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- BROSE, Markus (org.). *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- CURY, Thereza Christina Holl. *Elaboração de projetos sociais*. In: ÁVILA, Célia M. de.(coord.). *Gestão de projetos sociais*. 3. ed. rev. São Paulo: AAPCS–Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. pp. 37-58.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MAFRA, Clara. *Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência*. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 277-298.
- MATUS, C. *Política, planejamento e governo*. Brasília: IPEA, 1993. 2v. (Série IPEA).
- NOVARA, Enrico. *A ação pública e as estratégias para redução de pobreza*. Texto Disponibilizado na bibliografia do Curso de aperfeiçoamento desenvolvimento e gerenciamento de programas de redução de pobreza urbana – Convênio IDHAB/ AVSI/CODESC – 1998.

39. CRITELLI, Dulce. Revista- in Folha Equilibrio, publicada no jornal *Folha de São Paulo* em 29 de maio de 2003.

_____. *Promover os talentos para reduzir a pobreza*. Texto disponibilizado na Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200009 São Paulo, 2003

PELICIONI, M. C. F. ; PHILIPPI JR, A. *Alguns pressupostos da educação ambiental*. In: *Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Ed Signus, São Paulo 2000.

PONTUAL, Pedro. *Pedagogia da gestão democrática das cidades*. In: *Participação popular nos governos locais*. São Paulo. Revista *Pólis*, 14. São Paulo, Instituto Pólis, 1994 pp. 63-68.

SILVA, Luis Martins da, *Comunicação, mobilização e mudança social*. In UNB – Série Mobilização Social vol. II.

VILLAS BOAS, Renata, org. *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis, nº 14, 1994.

_____. *Os Canais institucionais de participação popular*. In: VILLAS BOAS (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Polís, no 14, 1994 pp. 55-62.

TORO, Jose Bernardo e WERNECK, Nisia Maria Duarte. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. São Paulo, Autentica, 2004.

WHITAKER, Chico. *Rede: uma estrutura alternativa de organização*. In: TORO, JOSE BERNARDO e WERNECK, NISIA MARIA DUARTE. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. São Paulo, Autentica, 2004.

Caderno de Orientação Técnica Social – COTS. Caixa Econômica Federal.

Instruções específicas para desenvolvimento de trabalho social em intervenções de urbanização de assentamentos precários – UAP Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.

Instrução normativa nº 27, de 14 de junho de 2007. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.

Manual do Programa Habitar Brasil – BID/Orientações do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais sobre a Gestão dos Projetos e Exigências do Trabalho de Participação Comunitária. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

Relatório 5 – Oficina de Avaliação Pós ocupação. Projeto Matriz de indicadores para a pós-ocupação - *Programa Habitar Brasil/BID*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais - IEE/ PUC – SP, 2006.